



Diálogos entre Movimento Agroecológico e Povos Indígenas no Brasil Dialogues between the Agroecological Movement and Indigenous Peoples in Brazil

SANTOS, Jairã da Silva¹; SAMPAIO, Luciana Vanessa Anselmo²; SANTOS, Cícero Adriano Vieira³

¹ Universidade Federal de Alagoas, jaira.santos@ics.ufal.br; ² Universidade Federal da Bahia, luciana.agronomia@gmail.com; ³ Universidade Federal de Alagoas, adriano.ufal@yahoo.com.br.

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem teórica sobre a temática da Agroecologia, fazendo uma transversalidade com os povos e organizações indígenas do Brasil, e sua trajetória no movimento agroecológico brasileiro. As observações indicam como está se organizando o movimento indígena junto a ascensão do movimento agroecológico brasileiro. Este trabalho é uma revisão de literatura construída a partir de pesquisas em artigos científicos na internet, nas bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas e de movimentos indígenas e agroecológico, além de uma análise pessoal da caminhada do movimento indígena e agroecológico. Esclarece algumas particularidades dos modos indígenas de agricultura e sua cosmovisão, evidenciando a necessidade do acesso à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados.

Palavras-chave: agroecologia, trajetória, organização.

Introdução

Nos anos 1980, logo depois do surgimento e da consolidação do movimento agroecológico, ocorreu sua expansão gradualmente com o envolvimento de diversos elementos que conduziram a luta histórica pela democratização da terra e um outro modelo para o meio rural. Sobre essa observação, Petersen e Almeida (2006) citado por Monteiro e Londres (2017) afirmam que:

A década de 1980 viu surgir com grande força movimentos contestatórios à industrialização da agricultura e seus impactos ecológicos negativos, como perda de biodiversidade, incluindo a diversidade de sementes, desmatamento, degradação dos solos, destruição de fontes de água e contaminação ambiental pelo uso massivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Era também crescente a percepção de que o pacote tecnológico da Revolução Verde difundido pelas políticas públicas provocava dependência dos agricultores aos poderosos complexos agroindustriais. Tiveram destaque nessa mobilização a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Vale destacar as fortes mobilizações da década de 1980 contra os agrotóxicos, que envolveram lideranças importantes dos agrônomos e que culminaram na aprovação da lei de agrotóxicos em 1989, que incorporou conquistas importantes, incluindo a adoção oficial do termo agrotóxico em lugar do eufemismo defensivo agrícola. (PETERSEN; ALMEIDA, 2006 apud MONTEIRO; LONDRES, 2017, página 56).



Com surgimento de forma organizada no período de retomada democrática no final dos anos 80, o movimento indígena organizado emerge, e a partir daí tem trilhado ao longo desse período, caminhos de difícil inserção em outros movimentos, haja vista a caracterização historicamente não partidária do movimento e as lutas por bandeiras específicas à causa. A luta pela atenção à causa indígena na Constituinte conseguiu a inserção de dois capítulos específicos aos indígenas. Sobretudo, a luta pelo acesso à terra e ao território tornou-se ao longo do tempo, a principal bandeira encampada pelo movimento indígena brasileiro.

Em primeiro lugar, convém evocar a Constituição Federal de 1988 que, além do disposto no artigo 231 – que reconhece aos índios “...sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam...” – estabelece ainda que: Art. 210 § 2 – O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Art. 215 § 1 – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BANIWA, 2006, p. 153).

Conforme o surgimento do movimento agroecológico brasileiro, a questão indígena, obviamente estivera presente nas formas conceituais de discussão e desenvolvimento desse modelo a ser incorporado pelos diferentes campos agroecológicos, tendo a agricultura ancestral indígena como um marco referencial. Por estar fortemente vinculada a fontes ancestrais de conhecimento, a Agroecologia revaloriza o saber popular (tradicional ou indígena) como fonte de inspiração para modelos que possam ter validade nas condições atuais. A valorização destes conhecimentos não desautoriza os achados do método científico e, ao contrário, considera a grande importância das duas fontes e a relação positiva entre elas (EMBRAPA, 2006). Com as organizações e movimentos agroecológicos se expandindo nacionalmente, a causa indígena se fez necessária para ser inserida, sob a ótica da inserção dos olhares dos próprios indígenas para a agroecologia e suas variações.

Para Fontoura e Mafra (2014) a expansão da agroecologia na América Latina como movimento camponês e indígena de resistência produziu inovações tecnológicas, cognitivas e sócio-políticas e têm sido relacionadas a novos cenários políticos em parte da América Latina. Nesse contexto, o marco cronológico referencial do protagonismo indígena nas discussões sobre agroecologia de forma expansiva aconteceu somente no III ENA em 2014, em Juazeiro/BA com a participação de 15 povos indígenas e o lançamento de uma moção com as proposições dos povos indígenas presentes sobre a temática. Na Carta Política do III ENA cita-se que quanto aos povos indígenas, a sua atual situação de insegurança alimentar mostra a importância da regularização fundiária de seus territórios, agilizando os processos de demarcação e garantindo a proteção física dos mesmos, em articulação permanente com os movimentos indígenas e as lideranças de seus povos. No ano seguinte, em Belém/PA, no IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, a questão ganhou representatividade em mesas específicas e por intermédio dos próprios



povos indígenas protagonizando as discussões. Sobretudo, o olhar indígena para a questão agroecológica, ganhou destaque em reuniões internas dos indígenas, tendo como marco material, o lançamento de uma carta pública das nações presentes no evento, assim como a apresentação de pautas específicas do movimento referente ao etnodesenvolvimento em terras indígenas de cunho agroecológico que foram apresentadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a época representada pelo então ministro Patrus Ananias.

Os representantes de povos indígenas presentes no IX CBA-Agroecologia manifestam os seus entendimentos, percepções e posicionamentos sobre a Agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social. Compreendem que as bases que a fundamentam são coerentes com as cosmovisões dos povos indígenas e sua relação histórica com a natureza e os elementos do Bem Viver.

Posteriormente, em junho de 2018, a Plenária Nacional de Agroecologia Indígena que aconteceu no III ENA em Belo Horizonte reuniu cerca de 130 lideranças indígenas que representaram mais de 40 povos de todas as regiões e biomas brasileiros. Em 2022, também em Belo Horizonte, cria-se GT Povos Indígenas na Articulação Nacional de Agroecologia. Paralelamente a essas importantes inserções do movimento em momentos da discussão sobre agroecologia a nível nacional, as experiências nos territórios continuaram acontecendo, embora de forma não divulgada ou sistematizada.

No âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a participação moderadamente consistente dos povos e organizações indígenas ocorreu visualmente somente a partir do segundo plano, após a inserção da subcomissão temática Terra e Território, onde a presença indígena nas discussões se mostrou necessária para o embasamento dos conteúdos discursivos, sobretudo nessa subcomissão. Esse período de considerável crescimento da presença indígena nesses espaços fez com que nos territórios o movimento se fortalecesse razoavelmente. Os referenciais teóricos propostos pela agroecologia passam a ser profundamente discutidos dentro do movimento indígena com viés agroecológico. Esse fortalecimento consolidou o surgimento e o revigoramento das já existentes organizações formais e não formais constituídas e conduzidas pelos indígenas para servirem como modelo organizacional de experiências agroecológicas organizadas nas comunidades indígenas brasileiras.

Entretanto, a grande maioria dos territórios atuam de forma instintiva no desenvolvimento do modelo agroecológico, sem nem mesmo se inserir nas discussões teóricas trazidas pelo movimento organizado. Atualmente, a organização do movimento indígena agroecológico a nível nacional pode ser restringida a presença em instâncias de participação social com o governo e nos diversos espaços nacionais que envolvem agroecologia como Encontro Nacional de Agroecologia - ENA e Congresso Brasileiro de Agroecologia - CBA. De maneira mais localizada, a organização indígena nesse sentido é mais considerável, as experiências territoriais são diversas e espalhadas por todo território nacional.



Ultimamente, o diálogo de organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB com segmentos do campo agroecológico nacional, tal qual a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA tem consolidado uma forte interação entre esses entes de mobilização social. Numa perspectiva de continuidade das mobilizações do movimento, redes de comunicação digitais entre indígenas, diálogos esporádicos com a Funai e outros órgãos de governo e a presença no movimento agroecológico nacional têm sido estratégias que alimentam firmemente uma possibilidade de avanços no campo organizacional.

A inserção da questão agroecológica trazidas pelos indígenas ao órgão indigenista instigou a formação de um GT - Grupo de Trabalho interno da Funai com participação multissetorial, envolvendo coordenadorias importantes para discutirem permanentemente de forma institucional a relação dos nativos brasileiros com a agroecologia. No entanto, as subsequentes mudanças profundas no cenário político nacional e a interferência direta do governo na Funai acarretaram com a não continuidade do GT, por questões óbvias como deslocamento de servidores, sucateamento orçamentário, etc. De maneira interna, tem crescido o aprofundamento dos olhares das práticas indígenas ancestrais e contemporâneas por campos científicos para uma melhor definição da agroecologia enquanto ciência. A crescente presença de movimentos sociais do campo incidindo nos meios de conhecimento da Agroecologia, carrou também o movimento indígena para tratar dessas discussões.

Gradativamente também tem se expandido a presença indígena nos espaços mais importantes da Agroecologia no cenário nacional. A necessidade óbvia de um modelo autônomo de etnodesenvolvimento nas terras indígenas têm norteado os rumos da justificativa da luta incessante pela autodeterminação e pela demarcação dos territórios indígenas. Nas relações institucionais, até os anos 1980, as leis brasileiras compreendiam os então autóctones brasileiros como indivíduos que careciam da tutela do Estado e o órgão indigenista exercia esse papel. A partir da constituição de 1988, essa compreensão é ultrapassada e a autonomia dos povos passa a ser a forma proposta pelos próprios povos indígenas como proposta de sua relação com o Estado Brasileiro. Essa compreensão carece ser esclarecida posto a pluralidade de povos, formatos culturais simbólicos como língua, religiosidade, valores, cosmovisão e organização social diferenciada. A garantia dos direitos constitucionais conquistados são fundamentais para a validação da luta encampada por diversas lideranças que pagaram com suas vidas para que existissem indígenas no Brasil atual. A garantia dos processos demarcatórios, a valorização dos saberes tradicionais e o respeito às diversidades culturais são desafios que perpassam a luta indígena, subsidiam o debate entre diversos campos progressistas ligados ao campo e ao desenvolvimento sustentável. São convergências claras que encaminham movimento indígena e movimento agroecológico para os mesmos desafios, sob as mesmas bandeiras, frente aos mesmos inimigos e paradoxos. O protagonismo indígena carece ser evidenciado a partir da necessidade da apresentação de uma outra alternativa ao modelo dominante.



Metodologia

Este trabalho é uma revisão de literatura construída a partir de pesquisas em artigos científicos na internet, nas bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas e de movimentos indígenas e agroecológicos, além de uma análise pessoal da caminhada do movimento indígena e agroecológico. Foi feito um levantamento de documentos oriundos de plenárias, fóruns, assembleias, encontros, seminários e afins em que se debateram o tema da agroecologia pelo movimento indígena. A partir dessas observações se construiu uma discussão sobre a trajetória da Agroecologia para dentro do movimento indígena.

Resultados e Discussão

Sobre as análises que puderam ser extraídas dos contextos analisados nesse trabalho, se faz necessária uma breve sintetização das experiências agroecológicas nos territórios indígenas brasileiros, de forma que seja assimilada para a expansão do movimento indígena agroecológico. Pois, claramente os próximos passos exigem uma unidade maior, de caráter mais amplo e que envolvam uma diversidade maior de sujeitos. Não obstante, o movimento indígena brasileiro surge de forma organizada também no período de retomada democrática, tendo como principais enfrentamentos a lutas pelas liberdades civis coletivas e sobretudo a luta pela terra.

A sinergia entre movimento agroecológico e movimento indígena passa acontecer de forma exponencial somente na última década, à medida em que as redes que protagonizam as discussões e práticas sobre agroecologia passam a se organizarem a partir da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Embora a versão da compreensão da Agroecologia como prática social sempre aconteceu nos territórios indígenas, nunca houve substancialmente uma sistematização que compreendesse a importância dessas formas de produzir e de viver dos povos indígenas que as relacionassem com a Agroecologia. Talvez, o caráter acadêmico profundo que norteou os rumos do movimento agroecológico nacional nos seus períodos de amadurecimento não tenha sido capaz de sensibilizar-se com as formas indígenas de praticar agroecologia, não assimilando, portanto, os elementos de discussão que podem ser captados na observação da forma de lidar dos indígenas com o espaço em que vivem. A despeito da importância ética deste reconhecimento, cabe ressaltar que tampouco de homenagens e condescendências vivem os povos indígenas, sugerindo que a partir deste e mais além, havemos de refletir sobre as possibilidades e o potencial da agroecologia e seus agentes na constituição das bases interculturais para uma relação afirmativa à diversidade cultural (outras formas de ser, perceber, fazer, pensar e resolver problemas (FEHLAUER; AYALA, 2006).

Embora, tenha sido perceptível um relativo atraso nas relações entre esses movimentos, ultimamente tem ganhado corpo a construção e a participação efetiva da presença indígena nos principais espaços do movimento agroecológico nacional. Os diálogos com redes regionais e com a ANA têm logrado um enriquecimento e



apropriação do debate por parte das lideranças que têm se apropriado da temática. Tanto no quesito contextual da concepção da agroecologia como ciência, a contribuição dos saberes indígenas e seu relacionamento com a ala que discute o conhecimento agroecológico como afirmação da agroecologia como movimento de incidência política, o movimento indígena tem se inserido e dialogado corriqueiramente. Muitos Núcleos de Agroecologia – NEA's têm buscado se aproximar de povos indígenas próximos de seu campo de atuação, assim como também a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia têm estreitados relações com a questão indígena em seus grupos de trabalho. Ademais, algumas universidades têm iniciado relações com organizações indígenas. No campo institucional, timidamente a Embrapa tem há algum tempo trabalhado a difusão da agroecologia em terras indígenas sob uma perspectiva de troca de saberes.

Conclusões

O movimento indígena tem suas próprias dinâmicas, assim como o movimento agroecológico tem suas especificidades. Esse diálogo tem acontecido em seus respectivos tempos e percebe-se uma caminhada próspera que sofre variações a depender de fatores como conjuntura política, alternância de representações, etc. Observou-se um avanço nesses diálogos e as expectativas apontam para uma maior organicidade do movimento indígena em torno da agenda do campo agroecológico. Observa-se que esses andares e olhares praticados nas comunidades não necessariamente carecem de um prefácio antecedido por uma discussão formalizada. No entanto, para a inserção no campo das políticas públicas campestres e enfrentamento ideológico, a apropriação da discussão agroecológica pelas lideranças indígenas se mostra fundamentalmente necessária e urgente.

Referências bibliográficas

BANIWA, G.S.L. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: SECAD; Unesco; Museu Nacional, 2006.

EMBRAPA, **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2006.

FEHLAUER, T.; AYALA, C. **Agroecologia em terras indígenas: das fronteiras da sustentabilidade à política de educação intercultural**. Tellus, ano 7, n. 12, out. 2007.

FONTOURA, Y.; MAFRA, F.L.N. **Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência na abordagem Neogramsciana**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil**. In: SAMBUICHE, R. H. R. et al. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de



luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Embrapa, 2017. cap. 2, p. 53-86.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006.